

MICROCRÉDITO RURAL: O AGROAMIGO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR NOS TERRITÓRIOS SERTÃO DO APODI E ALTO OESTE POTIGUAR (RN)

RURAL MICROCREDIT: AGROAMIGO AS AN INSTRUMENT FOR PRODUCTIVE INCLUSION IN FAMILY FARMING IN THE SERTÃO DO APODI AND ALTO OESTE POTIGUAR (RN) TERRITORIES

Karla Cavalcante de Souza. Graduada em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista PIBIC do CNPq. karlacavalcante@alu.uern.br.

Lilian Silva de Medeiros. Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Mestranda em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). lilian20251001732@alu.uern.br.

Emanoel Márcio Nunes. Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisador CNPq. emanoelnunes@uern.br

Icaro Kauã Silva Schlittler. Graduando em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). icaro20230025705@alu.uern.br.

Ênio Germano Rodrigues do Vale. Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). eniogermano@outlook.com.

Grupo de Trabalho (GT): GT 11. O papel do Banco do Nordeste no desenvolvimento rural

Resumo: Este estudo analisa a evolução do programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no Território Alto Oeste (RN) entre 2005 e 2021, com foco nos avanços e desafios para o fortalecimento da agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida no meio rural. A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, direcionado aos agentes de desenvolvimento do programa nas agências bancárias dos municípios do território. Também foram utilizados dados extraídos de um Banco de Dados do Banco do Nordeste (BNB), que contém informações sobre as operações do AGROAMIGO de 2005 a 2021. O programa apresentou uma expansão significativa nos primeiros anos, com um número crescente de beneficiários, mas, ao longo do tempo, essa expansão se estabilizou, com pequenas variações nos anos seguintes. O AGROAMIGO continua sendo um programa essencial para o crescimento social e econômico da agricultura familiar. Ele oferece aos agricultores a oportunidade de diversificar suas atividades, tanto nas áreas agropecuárias quanto em setores não agropecuários, como turismo rural, comércio, serviços e artesanato, contribuindo para a ampliação das oportunidades e o fortalecimento da economia local. Os dados também mostram que os homens representam a maior parte dos beneficiários do programa. Embora haja uma crescente participação das mulheres no microcrédito rural, elas ainda são minoria quando comparadas aos homens.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial, Microcrédito Rural.

Abstract: This study analyzes the evolution of the Rural Microcredit program AGROAMIGO in the Alto Oeste Territory (RN) between 2005 and 2021, focusing on the advances and challenges for strengthening family farming and improving the quality of life in rural areas. The research was conducted through the application of a semi-structured questionnaire with open and closed-ended questions, directed to the program's development agents at the banking agencies in the municipalities of the territory. Data from a database of the Banco do Nordeste (BNB), containing information on AGROAMIGO operations from 2005 to 2021, were also used. The program showed significant expansion in the early years, with an increasing number of beneficiaries. However, over time, this expansion stabilized, with minor fluctuations in the following years. AGROAMIGO remains an essential program for the social and economic growth of family farming. It provides farmers with the opportunity to diversify their activities, both in agropecuary sectors and in non-agricultural sectors, such as rural tourism, commerce, services,

and handicrafts, contributing to the expansion of opportunities and the strengthening of the local economy. Data also show that men make up the majority of the program's beneficiaries. While there is a growing participation of women in rural microcredit, they are still a minority compared to men.

Key words: Family Farming, Territorial Development, Rural Microcredit

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos se tem discutido sobre a agricultura familiar nos mais diversos aspectos, apesar de ser um setor de produção pouco investigado e explorado, a sua importância vem se revelando por diversos aspectos, seja pela produção de alimentos, geração de emprego e renda, redução do êxodo rural dentre outros fatores.

Entretanto, uma grande parte da população está envelhecendo, isso pode ser verificado no Censo Agropecuário de 2017, em que 26% dos produtores de agricultura familiar com 65 anos ou mais. Isso destaca ainda mais a importância do crédito para a renovação da força de trabalho. O acesso a financiamentos é essencial para garantir a modernização das práticas agrícolas, a adoção de novas tecnologias e a continuidade da produção nas pequenas propriedades rurais. Com o crédito adequado, é possível investir em equipamentos, insumos e até mesmo na capacitação de jovens agricultores, promovendo a continuidade e o crescimento do setor.

Nesse viés, o setor agropecuário, diferentemente dos demais setores econômicos, está sujeito a elevados níveis de incerteza relacionados ao processo produtivo, decorrentes de fatores exógenos como variações climáticas, doenças e infestações que afetam as lavouras. Esses elementos aumentam o risco da atividade, desregulam o mercado e provocam volatilidade nos preços e na produção, dificultando o planejamento dos produtores. Em razão desse cenário, torna-se necessário o uso de instrumentos específicos de apoio e desenvolvimento voltados ao setor, uma vez que o elevado risco frequentemente limita o acesso dos agricultores a meios tradicionais de financiamento disponíveis para outras atividades econômicas (Ray, 2013).

A incerteza e a fragilidade do processo produtivo no Brasil refletem também as desigualdades estruturais apontadas por Celso Furtado, que em sua obra clássica Formação Econômica do Brasil (1959), destaca que o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, como o Nordeste, requer uma atuação ativa do Estado para superar as limitações estruturais e sociais que perpetuam a desigualdade. Segundo o autor, o atraso regional não decorre apenas de fatores naturais, mas, sobretudo, de uma estrutura econômica concentradora e excludente. Portanto, é imprescindível a implementação de linhas de crédito direcionadas ao setor

agropecuário, especialmente para fomentar o investimento e o custeio de processos produtivos, que possibilitem a expansão da agricultura familiar.

O crédito é uma ferramenta essencial para o fortalecimento e a sustentabilidade da agricultura familiar, especialmente em regiões desafiadoras, como o Semiárido nordestino. Essa forma de produção é fundamental para a geração de empregos, garantindo renda e sustento para milhões de famílias rurais. No Censo Agropecuário 2017, 10,1 milhões de pessoas estavam empregadas em estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, representando 67% do total de trabalhadores no setor agropecuário. A média de pessoas ocupadas por estabelecimento era de 2,6, o que demonstra o impacto direto desse setor na economia local.

Nesse contexto, o crédito agrícola configura-se como um instrumento essencial para promover o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, ao viabilizar a modernização da agricultura familiar e o aumento da produtividade. No setor agrícola, a dificuldade de acesso a recursos financeiros sempre representou um dos principais entraves ao avanço dos pequenos empreendimentos rurais. O Microcrédito rural, ao financiar tanto a estrutura dos estabelecimentos quanto os meios de produção, desempenha um papel fundamental na modernização das atividades agrícolas e na ampliação da produção. Estudos, como os realizados por Alves (2022), indicam que o acesso a políticas de crédito está positivamente correlacionado com o aumento da renda dos produtores, representando uma diferença média de 17,4% a mais em relação àqueles que não utilizam esse tipo de política. Além disso, o crédito rural exerce um impacto direto no crescimento do valor bruto da produção agrícola e no PIB do agronegócio, sendo um fator crucial para o desenvolvimento econômico dos estados e do país, conforme destacado por Cazella e Búrigo (2013).

Essas linhas de crédito são fundamentais para a transformação da agricultura familiar no Brasil, não apenas pela ampliação da capacidade produtiva, mas também pela geração de empregos, aumento da renda rural e promoção da sustentabilidade. Com base nessa realidade, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) criou o Programa de Microfinanças Rural – Agroamigo, voltado para ampliar o acesso ao crédito e estimular o fortalecimento da agricultura familiar (Cunha Júnior, 2024). Ambas as iniciativas, Agroamigo e PRONAF, são parte de uma política pública que visa a inclusão dos pequenos agricultores nas cadeias produtivas mais modernas e competitivas, além de garantir a permanência da população no campo com dignidade e condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Além do Agroamigo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) disponibiliza uma gama de linhas de crédito direcionadas às necessidades específicas de diferentes perfis de agricultores familiares. As linhas de crédito do PRONAF variam desde o custeio de atividades agropecuárias, como a compra de insumos (fertilizantes, sementes, etc.), até o financiamento de projetos de sustentabilidade, como os voltados para a agroecologia e bioeconomia. O PRONAF também contempla linhas específicas para mulheres, jovens e grupos produtivos, reforçando a diversidade das necessidades no setor agrícola. Por exemplo, o PRONAF Mulher oferece condições diferenciadas para as agricultoras familiares, permitindo que elas acessem crédito em melhores condições. Já o PRONAF Jovem foca na inserção de jovens agricultores no campo, com um olhar especial para o fortalecimento da produção rural jovem.

Dessa forma, este estudo visa a fazer uma avaliação do programa de Microcrédito, na versão AGROAMIGO, nos Territórios da Cidadania Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte (RN), no período de 2005 à 2021. Levará em conta a trajetória do programa e seu desenvolvimento ao longo do tempo, além de discutir as transformações que se inserem em um contexto mais abrangente.

Para melhor compreensão o artigo é estruturado em 5 sessões, sendo a Introdução, na seção 2 o Referencial Teórico, dividido em duas partes, na seção 3 é apresentado a Metodologia do trabalho, na seção 4 a Análise de Dados e por fim as Conclusões obtidas através do que foi exposto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar: PRONAF como meio de inovação de crédito para pequenos produtores

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 pelo Governo Federal com o objetivo de oferecer linhas de crédito em condições mais favoráveis do que as praticadas no mercado tradicional, visando incentivar investimentos e fortalecer a base produtiva dos agricultores familiares. Segundo Maia e Pinto (2015), para ter acesso ao programa, o produtor precisava atender a um conjunto de critérios que garantiam sua elegibilidade. Entre os requisitos, destacam-se: a exploração de uma parcela de terra como proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; a residência na propriedade ou em sua proximidade; a posse de, no máximo, quatro módulos fiscais de terra, conforme a

legislação vigente; a não contratação de empregados permanentes, permitindo apenas contratações sazonais; e a obtenção de, no mínimo, 80% da renda bruta anual proveniente da atividade agrícola. Esses critérios visavam direcionar os recursos do crédito para produtores com o perfil da agricultura familiar, garantindo que os investimentos fossem aplicados em atividades produtivas com potencial para promover o desenvolvimento local.

Um dos maiores méritos do PRONAF está na inovação do crédito rural. Tradicionalmente, o crédito agrícola no Brasil era voltado para grandes produtores, com condições que não se aplicavam à realidade da agricultura familiar. O PRONAF, por sua vez, foi um marco, pois personalizou as linhas de crédito para as necessidades dos pequenos agricultores e ofereceu condições mais favoráveis, com juros baixos, facilitando o acesso ao crédito para quem mais precisa (Souza e Caume, 2008).

A diversidade dos agricultores familiares brasileiros é refletida na estrutura do PRONAF, que apresenta diferentes grupos de acordo com as características e necessidades específicas de cada segmento. O Grupo A abrange os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, enquanto o Grupo B é destinado a agricultores de menor renda, com um limite de R\$ 50.000,00 de receita anual. O Grupo A/C, por sua vez, é uma categoria intermediária, voltada para os assentados que avançam no acesso ao crédito produtivo. Além desses grupos, o programa conta com linhas específicas, como o PRONAF Mulher, PRONAF Jovem e PRONAF Semiárido, que visam atender demandas regionais e de gênero, ampliando o alcance do programa às diversas realidades dos agricultores familiares no Brasil (Maia e Pinto, 2015).

O incentivo à inovação proporcionado pelo PRONAF vai além do simples financiamento para a produção. O programa fomenta a adoção de tecnologias mais eficientes e sustentáveis, como sistemas de irrigação modernos, equipamentos de baixo custo e práticas agrícolas ecológicas, contribuindo para a modernização das técnicas de cultivo, aumento da produtividade e fortalecimento da segurança alimentar (Carvalho e Costa, 2020). Além disso, a inclusão de novas linhas de financiamento, como o PRONAF B, voltado para agricultores familiares em fase inicial de produção, e o PRONAF Agroindústria, ampliou o público-alvo e flexibilizou as condições financeiras, reduzindo taxas de juros e aumentando o teto financiado (Wesz Junior, 2010). Complementando essas ações, o Microcrédito Rural do Programa AGROAMIGO disponibiliza recursos para atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, fortalecendo a geração de renda, incentivando pequenos empreendimentos e promovendo a diversificação econômica das famílias rurais (Banco do Nordeste, 2025).

2.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF B (Grupo B)

O Programa Agroamigo é formado por diversas características, sendo um programa que foca na aplicação de microcrédito como política social no âmbito rural, voltado para o desenvolvimento e o crescimento de renda por meio da produtividade agrícola. Seu efeito para os indivíduos inseridos na atividade rural é variado, podendo impactar de forma significativa não apenas os beneficiários diretos, mas também a dinâmica econômica de regiões inteiras. Sua principal diferenciação em relação a outros programas de crédito rural é a metodologia orientada, que inclui um acompanhamento contínuo para garantir o uso eficiente do crédito e o crescimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias dos agricultores. Diante disso, diferentes estudos têm buscado compreender com maior profundidade a efetividade do programa na transformação socioeconômica de seus clientes, explorando desde análises de desempenho e expansão das operações até avaliações críticas de seus impactos sobre indicadores de bem-estar.

Maia e Pinto (2015) analisam a eficácia da metodologia utilizada pelo Agroamigo na melhoria do desempenho do PRONAF B, fornecendo evidências de que sua implementação contribuiu de forma significativa para impulsionar os resultados do programa de microcrédito rural produtivo. O estudo avalia se a adoção dessa metodologia garantiu um desempenho mais sustentável das operações do PRONAF realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), destacando que sua criação respondeu a dificuldades operacionais enfrentadas anteriormente, especialmente no atendimento a agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social. A nova metodologia possibilitou uma melhor adaptação às condições desses produtores, promovendo maior capilaridade na distribuição espacial dos recursos e ampliando o acesso ao crédito para grupos historicamente excluídos. Além disso, contribuiu para a redução das taxas de inadimplência e para o fortalecimento da capacidade produtiva e da renda dos beneficiários, demonstrando um avanço importante na efetividade das políticas de microcrédito voltadas à agricultura familiar.

Apesar de sua relevância, o acesso ao crédito do PRONAF B ainda enfrenta desafios significativos para muitos agricultores familiares, especialmente devido à burocracia, às exigências de garantias e à distribuição desigual dos recursos, que estão concentrados em algumas regiões do Brasil (Pires, 2013). A Lei nº 11.326/2006 define os critérios para a caracterização da agricultura familiar, estabelecendo que os agricultores familiares devem

explorar estabelecimentos rurais com área de até quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente a mão de obra familiar, obter parte significativa da renda das atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento e gerir o empreendimento com a participação ativa dos membros da família. Esses critérios são fundamentais para diferenciar a agricultura familiar da não familiar, conforme amplamente reconhecido no país (Souza-Esquerdo, 2014).

Nesse contexto, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) desempenha um papel crucial, funcionando como uma espécie de "documento de identidade" para as Unidades Familiares de Produção Agrária. A DAP é um requisito essencial para o acesso às políticas públicas voltadas ao setor rural, incluindo crédito agrícola (PRONAF), assistência técnica, programas de habitação rural, comercialização de produtos e a certificação do Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF). Ao facilitar o acesso ao crédito, a DAP também contribui para a inclusão dos agricultores familiares em programas de compras institucionais e em políticas de apoio à produção orgânica, promovendo não apenas a inclusão social, mas também o fortalecimento da identidade e da visibilidade desse segmento no contexto agrícola nacional (Aquino, 2018).

Além disso, pesquisas recentes indicam que o PRONAF B, isoladamente, não garante aumento da eficiência produtiva dos beneficiários. Agricultores do Grupo B apresentam níveis de eficiência técnica inferiores aos de outros grupos, e o crédito, por si só, não é suficiente para promover mudanças estruturais. A integração do PRONAF B com políticas de assistência técnica, extensão rural e fortalecimento de cooperativas é fundamental para maximizar seus resultados e garantir que o crédito seja utilizado de forma mais eficiente e sustentável (Machado, 2023).

3. METODOLOGIA

O presente artigo é fruto de uma ação do Núcleo de Desenvolvimento Territorial, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Para dar início à realização deste trabalho, a investigação teve origem na fusão de métodos quantitativos e qualitativos. Quanto ao tipo de pesquisa escolhida, este estudo foi classificado como descritivo e exploratório. A abordagem de pesquisa mais específica utilizada foi o estudo de caso, que, segundo Gil (2006), é caracterizado como uma análise minuciosa e abrangente de um ou poucos elementos, permitindo um entendimento extenso e detalhado.

A Tabela 1 indica que o território Alto Oeste Potiguar abrange a área de 4.048 Km², sendo composto por 30 (trinta) municípios: Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel, Venha-Ver, Pau dos Ferros, Alexandria, Francisco Dantas, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, São Francisco do Oeste, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Viçosa, Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Serrinha dos Pintos. Já o Território Sertão do Apodi abrange 8.280 Km² é composto por 17 (dezesete) municípios: Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sept Rosado.

Tabela 1: Caracterização dos territórios Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi (RN)

Territórios	Área (Km²)	Quant. de Municípios
Alto Oeste	4.048	30
Sertão do Apodi	8.280	17
Total	12.328	47

Fonte: Banco de dados BNB, 2022

A Figura 1 apresenta o mapa do estado do Rio Grande do Norte (RN), destacando os Territórios Rurais e da Cidadania. Esses territórios foram definidos com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, garantindo maior acesso a políticas públicas, infraestrutura e serviços essenciais para as populações rurais. O mapa ilustra as divisões geográficas que compreendem essas áreas, oferecendo uma visão clara de como estão distribuídos os territórios no estado, facilitando a compreensão das iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida no campo.

Figura 1: Mapa do estado do Rio Grande do Norte (RN) com os Territórios Rurais e da Cidadania



Para realizar este trabalho, a abordagem de pesquisa mais específica adotada será o estudo de caso, no qual se investigou a evolução e os limites do Microcrédito Rural, na sua forma AGROAMIGO, nos Territórios da Cidadania Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi. Foi utilizada uma pesquisa com um questionário semi estruturado, que continha perguntas abertas e fechadas, aplicado aos agentes de desenvolvimento que gerenciam o programa nas agências bancárias dos municípios pertencentes aos Territórios. Além disso, foram coletados dados de um Banco de Dados abrangente e detalhado do Banco do Nordeste, que organiza informações sobre as operações do AGROAMIGO no período de 2005 a 2021 na área em questão.

4. ANÁLISE DE DADOS

O Microcrédito Rural, disponibilizado por meio do AGROAMIGO, enquanto instrumento fundamental da política de geração de renda agrícola e não agrícola no meio rural, configura-se como um insumo essencial para o desenvolvimento e fortalecimento do produtor rural, especialmente aquele de pequeno porte. Por meio do acesso ao crédito, o agricultor familiar tem a possibilidade de investir na modernização de suas atividades produtivas, na aquisição de insumos, equipamentos e tecnologias, bem como na diversificação das fontes de renda. Dessa forma, o crédito não apenas viabiliza a ampliação da capacidade produtiva, mas também contribui para a inclusão econômica e social desses produtores, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e reduzindo as desigualdades regionais.

A análise de dados apresentada neste artigo tem como objetivo examinar a evolução dos valores financiados nas regiões "Alto Oeste" e "Sertão do Apodi", identificando as tendências e disparidades no direcionamento dos recursos ao longo do tempo. A pesquisa se concentra no número de contratos, nos valores financiados e nos tipos de financiamento, buscando entender como esses elementos variaram nas duas regiões. Além disso, será realizada uma análise das áreas financiadas, a fim de identificar quais setores receberam maior atenção e recursos, o que pode refletir as prioridades e os impactos no desenvolvimento econômico dessas regiões. Através dessa análise, será possível compreender melhor a distribuição dos investimentos e a forma como eles contribuíram para o crescimento local ao longo dos anos.

A Tabela 2 A tabela mostra a evolução dos valores financiados para as regiões "Alto Oeste" e "Sertão do Apodi" ao longo dos anos, com destaque para o crescimento mais expressivo do Sertão do Apodi, que recebeu valores significativamente maiores do que o Alto Oeste. O Alto Oeste iniciou com um valor de apenas 0,08% em 2005, atingindo um pico de 14,54% em 2015, enquanto o Sertão do Apodi começou com 0% e teve um crescimento constante, alcançando 9,69% também em 2015. No total, o Alto Oeste recebeu R\$ 249.874.883,02 (100% da sua região) e o Sertão do Apodi obteve R\$ 295.323.011,61, evidenciando que, ao longo do tempo, a maior parte dos recursos foram direcionados ao Sertão do Apodi, que obteve um volume de financiamento maior de maneira constante. Em 2021, o Alto Oeste recebeu R\$ 19.481.174,99, representando 7,80% do total financiado, enquanto o Sertão do Apodi obteve R\$ 20.354.965,85, correspondendo a 6,89%. Esse ano mostra uma pequena variação na participação entre as duas regiões, com o Alto Oeste superando o Sertão do Apodi em termos absolutos, mas mantendo uma porcentagem ligeiramente maior. No entanto, o financiamento do Sertão do Apodi continua significativo, refletindo a tendência de maior volume de recursos direcionados a essa região nos últimos anos. 2021 foi um ano importante para ambas as regiões, por manterem uma participação expressiva no total financiado.

Tabela 2: Evolução das operações em Números de Contratos do Microcrédito Rural em relação ao valor financiado.

Ano	Valores Financiados			
	Alto Oeste	%	Sertão do Apodi	%
2005	R\$209.068,77	0,08	R\$ 11.794,36	0,00
2006	R\$ 1.609.170,14	0,64	R\$ 1.036.872,92	0,35
2007	R\$ 12.575.804,15	5,03	R\$ 17.734.291,40	6,01
2008	R\$ 8.152.621,47	3,26	R\$ 15.509.060,49	5,25
2009	R\$ 11.032.492,23	4,42	R\$ 19.586.215,79	6,63
2010	R\$ 7.362.609,31	2,95	R\$ 13.900.781,08	4,71
2011	R\$ 13.378.379,72	5,35	R\$ 18.870.316,04	6,39
2012	R\$ 20.018.053,55	8,01	R\$ 26.442.006,76	8,95
2013	R\$ 19.424.371,91	7,77	R\$ 28.617.221,45	9,69
2014	R\$ 36.342.565,69	14,54	R\$ 27.370.771,20	9,27
2015	R\$ 27.329.115,30	10,94	R\$ 28.374.625,04	9,61
2016	R\$ 12.821.192,77	5,13	R\$ 14.036.197,60	4,75
2017	R\$ 14.496.346,27	5,80	R\$ 15.735.454,58	5,33
2018	R\$ 15.051.853,09	6,02	R\$ 18.252.574,86	6,18
2019	R\$ 14.582.516,01	5,84	R\$ 14.428.738,20	4,89
2020	R\$ 16.007.547,65	6,41	R\$ 15.061.123,99	5,10
2021	R\$ 19.481.174,99	7,80	R\$ 20.354.965,85	6,89
Total	R\$ 249.874.883,02	100,00%	R\$ 295.323.011,61	100,00%

Fonte: Banco de dados BNB, 2022

A Tabela 3 mostra que em 2021, o Alto Oeste registrou 3.450 contratos, representando 7% do total de contratos da região, enquanto o Sertão do Apodi teve 3.507 contratos,

correspondendo também a 7% do total dessa região. Em comparação com anos anteriores, houve uma estabilização no número de contratos para ambas as regiões, mantendo uma distribuição relativamente constante entre elas. O Alto Oeste e o Sertão do Apodi apresentaram um aumento considerável no número de contratos a partir de 2008, com destaque para 2014, quando o Alto Oeste atingiu 9% com 4.974 contratos e o Sertão do Apodi teve 8% com 3.897 contratos. O total de contratos de ambas as regiões, somados, é significativo, sendo 46.961 contratos para o Alto Oeste e 49.733 para o Sertão do Apodi, destacando o crescente volume de contratos ao longo dos anos, com uma participação mais equilibrada entre as duas regiões.

Também deve ser considerado que, apesar do Sertão do Apodi possuir um número menor de territórios em comparação ao Alto Oeste, há uma equivalência significativa no número de contratos entre as duas regiões. Este fator, aliado às particularidades socioeconômicas, pode indicar um maior dinamismo local no Sertão do Apodi. Além disso, ao considerar a população rural em cada território, é possível observar como o perfil rural ou urbano impacta a quantidade de contratos, refletindo a dependência de serviços especializados ou programas de fomento. A queda nos números de contratos em 2020 e 2021, por sua vez, pode ser atribuída aos efeitos da pandemia da COVID-19, cujas restrições afetaram as atividades econômicas de maneira desigual entre as regiões. Ao explorar essas variáveis, ganha-se uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais, permitindo uma análise mais robusta das razões por trás das flutuações nos contratos ao longo dos anos.

Tabela 3: Evolução do número de contratos do Microcrédito Rural nos Territórios Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi, 2005 à 2021

Ano	Número de Contratos			
	Alto Oeste	%	Sertão do Apodi	%
2005	213	0	12	0
2006	1556	3	828	2
2007	3821	8	4914	10
2008	1722	4	2273	5
2009	1878	4	2612	5
2010	1858	4	2089	4
2011	2601	6	2648	5
2012	3163	7	3380	7
2013	2789	6	3388	7
2014	4974	11	3894	8
2015	3626	8	3972	8
2016	3056	7	3387	7
2017	3131	7	3429	7
2018	2994	6	3663	7
2019	2930	6	2841	6
2020	3199	7	2896	6
2021	3450	7	3507	7
Total	46961	100%	49733	100%

Fonte: Banco de dados BNB, 2022

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos recursos entre investimento rural, custeio e diversos para as regiões Alto Oeste e Sertão do Apodi. Nesse contexto, é importante destacar

que, de maneira geral, os contratos de investimento tiveram maior participação, o que reflete a necessidade de alocação de recursos para infraestrutura e aquisição de máquinas. Além disso, a média do valor financiado é de R\$ 5.320,90 para o Alto Oeste, enquanto para o Sertão do Apodi é de R\$ 5.938,17.

No Alto Oeste, a maior parte dos recursos está voltada para o investimento rural, com 72%, seguido de diversos com 26% e custeio com apenas 2%. Já no Sertão do Apodi, a maior proporção também vai para investimento rural, mas com um percentual maior, 83%, e o custeio representa 6%. A categoria diversos é menor no Sertão do Apodi, com 10%. Isso indica que, enquanto ambas as regiões priorizam o investimento rural, o Sertão do Apodi destina uma parcela maior para esse tipo de investimento e um pouco mais para custeio em comparação com o Alto Oeste.

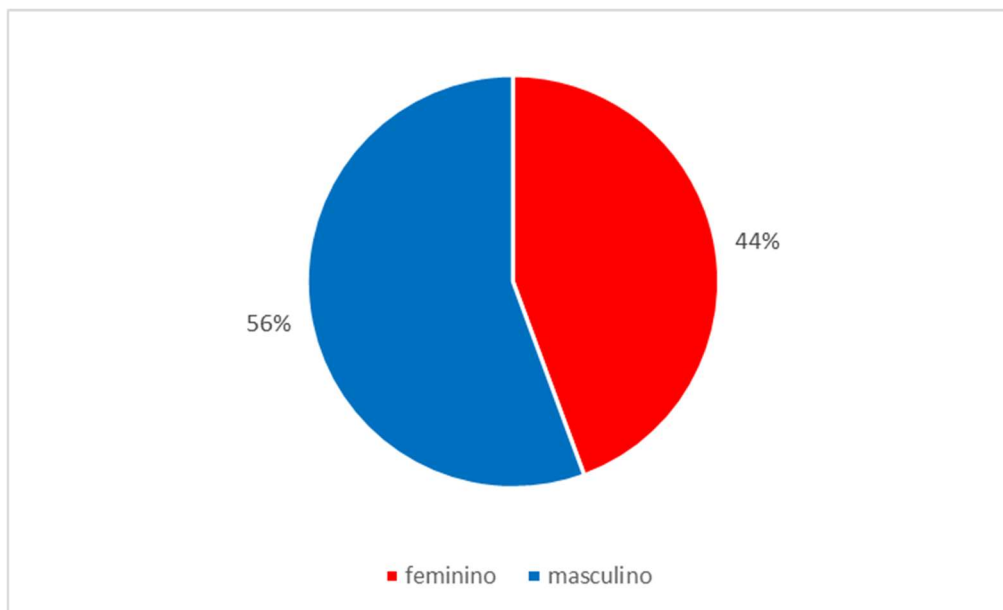
Tabela 4 : Finalidade dos contratos do Microcrédito Rural nos Territórios Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi nos anos de 2005 a 2021

	Alto Oeste (%)	Sertão do Apodi (%)
Investimento rural	72	83
Custeio	2	6
Diversos	26	10
Total	100	100

Fonte: Banco de dados BNB, 2022

O Gráfico 1 mostra distribuição dos contratos do AGROAMIGO de acordo com o sexo dos beneficiários. A porção azul (56%) representa a participação masculina, enquanto a porção vermelha (44%) representa a participação feminina no programa. Isso indica que, embora haja uma participação considerável de mulheres, a maioria dos beneficiários do AGROAMIGO ainda é composta por homens, com uma diferença de 12 pontos percentuais a mais para o sexo masculino.

Gráfico 1: Distribuição dos contratos, em %, do AGROAMIGO por sexo nos territórios Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi – 2005 a 2021



Fonte: Banco de dados BNB, 2022

A Tabela 5 apresenta a distribuição das cadeias produtivas no Alto Oeste Potiguar e no Sertão do Apodi, com os respectivos percentuais para cada categoria. No Alto Oeste Potiguar, a cadeia produtiva predominante é a bovinocultura, com 40%, seguida de diversos com 31% e caprinocultura com 5%. Já no Sertão do Apodi, a bovinocultura também ocupa uma posição significativa, com 31%, mas a ovinocultura se destaca com 14%, superando o Alto Oeste. Além disso, o Sertão do Apodi possui uma presença ligeiramente maior em caprinocultura (8% contra 5% no Alto Oeste), enquanto o Alto Oeste tem uma maior participação em apicultura (2% contra 4% no Sertão). A categoria Process. Benef. Castanha de Caju não possui representação significativa em ambas as regiões. No geral, ambas as regiões possuem uma distribuição equilibrada entre as cadeias produtivas, com destaque para a bovinocultura e diversos no Alto Oeste e a ovinocultura no Sertão do Apodi. Nota-se que a categoria 'diversos' representa, em média, 30% dos territórios e desempenha um papel significativo nas cadeias produtivas. Ela abrange atividades em setores ligados à atividades não agrícolas, como: alimentação, comércio varejista, plantas ornamentais e educação, o que evidencia a pluralidade das atividades financiadas pelo Agroamigo, e demonstra o papel estratégico do crédito rural produtivo orientado na promoção da geração de renda no meio rural, tanto em atividades agropecuárias quanto em iniciativas alternativas, que fortalecem a sustentabilidade econômica das famílias rurais.

Tabela 5 : Principais Atividades financiadas com recursos financeiros do Microcrédito Rural nos Territórios Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi nos anos de 2005 a 2021.

Cadeias Produtivas	Alto Oeste Potiguar (%)	Sertão do Apodi (%)
Apicultura	2%	4%
Avicultura	4%	3%
Bovinocultura	40%	31%
Caprinocultura	5%	8%
Diversos	31%	29%
Ovinocultura	7%	14%
Pesca	1%	2%
Pesca	1%	2%
Piscicultura	1%	1%
Process. Benef. Castanha de Caju	0%	0%
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	1%	3%
Total	100%	100%

Fonte: Banco de dados BNB, 2022

CONCLUSÃO:

A análise do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO e sua implementação nos Territórios da Cidadania Alto Oeste Potiguar e Sertão do Apodi ao longo de 16 anos (2005-2021) evidencia a importância do crédito como uma ferramenta essencial para o fortalecimento e a sustentabilidade da agricultura familiar. O programa, ao longo desse período, mostrou avanços significativos, especialmente no aumento do acesso ao crédito para agricultores de pequenos e médios estabelecimentos.

As evidências apontam que o crédito rural, além de proporcionar investimentos em infraestrutura e insumos, desempenha um papel fundamental na modernização das práticas agrícolas, na adoção de tecnologias e na melhoria das condições de vida no meio rural. A diferenciação das linhas de crédito, como o PRONAF Mulher e PRONAF Jovem, também contribuiu para o fortalecimento das mulheres e jovens na agricultura, segmentos essenciais para o crescimento sustentável do setor.

Além disso, constata-se que o programa de crédito rural AGROAMIGO representa um instrumento fundamental para a expansão das cadeias produtivas plurais, abrangendo tanto atividades agrícolas quanto não agrícolas. Dessa forma, o programa se mostra relevante para a população do meio rural, oferecendo diversas oportunidades de geração de renda e emprego, especialmente em localidades mais distantes dos centros urbanos

Portanto, é imprescindível que o AGROAMIGO e o PRONAF continuem a ser ampliados e aprimorados, com maior atenção à diversificação das fontes de financiamento, ao fortalecimento da assistência técnica e ao incentivo à inclusão de grupos historicamente excluídos. A modernização da agricultura familiar é um passo crucial para garantir a permanência de milhões de famílias no campo, promovendo não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a inclusão social e a redução das desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS:

ALVES, N.; NICOLSO, C.; SILVEIRA, V. **Pronaf: uma política conquistada, porém como mantê-la?** Revista de Economia e Política Agrícola, v. 4, p. 36-47, 2017. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/135539/REB_2017_Vol4_num8_36~47.pdf.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 56, n. 1, p. 123–142, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. – BNB. **Sobre o Agroamigo.** [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>.

CARVALHO, J. N. F. de; COSTA, V. L. dos S. **Faces do Agroamigo no estado do Piauí: dez anos de dinâmica econômica e social**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, p. 73–87, 2016. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.42>.

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. **Sistemas territoriais de financiamento rural: para pensar o caso brasileiro**. Revista Emancipação, v. 13, n. 2, p. 297–312, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.13i2.0009>.

CUNHA JÚNIOR, J. M.; OLIVEIRA, A. I.; MELO, M. R. B.; VALENTE JÚNIOR, A. S.; VIANA, L. F. G. **Impactos socioeconômicos do Crediamigo: novas perspectivas a partir da função dose-resposta**. Revista Econômica do Nordeste, v. 55, n. 4, p. 42-62, 2024.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GOMES, J. M. A.; CARVALHO, J. N. F. de; COSTA, V. L. dos S. **Faces do Agroamigo no estado do Piauí: dez anos de dinâmica econômica e social**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, p. 73–87, 2016. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.42>.

MACHADO, Edson; SILVA, José; COSTA, Maria. **Integração do PRONAF B com políticas de assistência técnica, extensão rural e fortalecimento de cooperativas: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Política Agrícola, v. 43, p. 1–15, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva; PINTO, Arthur de Rezende. **Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 46, p. 9–20, 2015. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.38>.

PIRES, Murilo José de Souza. **A composição da estrutura de financiamento do Pronaf para a agricultura familiar no Centro-Oeste no período de 2013 a 2023: um longo caminho para o processo de comoditização?** Texto para Discussão, n. 3080, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2025. DOI: <https://doi.org/10.38116/td3080-port>.

RAY, Deepak K.; GERBER, James S.; MACDONALD, Graham K.; WEST, Paul C. **Climate variation explains a third of global crop yield variability**. Nature Communications, Londres, v. 6, art. 5989, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/ncomms6989>

SOUZA, N. A. de; CAUME, A. S. **A atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil**. In: CAMPÊLLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 409-423.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 205–222, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>.

WESZ JUNIOR, V. J. **Uma análise do Pronaf-Agroindústria: política pública de crédito rural para as agroindústrias familiares**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, p. 9–20, 2016. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.38>.